

18418*Diário da República, 2.ª série — N.º 135 — 16 de julho de 2014* **PARTE I****ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS LIMITADOS DA VOZ****Anúncio (extrato) n.º 187/2014**

Notária Maria Clara das Neves Pereira com Cartório na Avenida Doutor Artur da Cunha Araújo, 305, em Vila do Conde, certifica que no Extinto Primeiro Cartório Notarial de Vila do Conde, da então Secretaria

Notarial, de folhas cinquenta e duas a folhas cinquenta e duas verso, do Livro de Notas para Escrituras Diversas Número DEZASSEIS-D, de cujo acervo documental fui nomeada substituta legal, se encontra exarada uma escritura, com data de vinte e um de outubro de mil novecentos e noventa e seis, na qual foram alterados os Estatutos da Associação com a denominação "ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS LIMITADOS DA VOZ", com sede na Rua Doutor António Bernardino

*Diário da República, 2.ª série — N.º 135 — 16 de julho de 2014***18419**

de Almeida, na cidade do Porto e o número de identificação de pessoa coletiva 502006641.

Está conforme.

8 de julho de 2014. — A Notária, *Maria Clara das Neves Pereira*.
307949482

CAPÍTULO I**DADENOMINAÇÃO, NATUREZA E FINS****Artigo 1.º****(Denominação e sede)**

A Associação Portuguesa de Limitados da Voz, adiante APLV, é uma Associação de solidariedade social, com sede na Rua D. António Bernardino de Almeida, no Porto.

Artigo 2.º**(Âmbito)**

A Associação é de âmbito nacional, podendo ser integrada por todos os laringectomizados residentes no território português e, também, por todos aqueles que, não sofrendo da deficiência, se encontrem sensibilizados e interessados nesta problemática.

Artigo 3.º**(Fins e Meios)**

1. AAPLV propõe-se representar todos os laringectomizados residentes no território nacional, independentemente de serem ou não portugueses, bem como pugnar pela prevenção, tratamento, reabilitação e integração dos mesmos.

2. A Associação propõe-se realizar ações que tenham em vista alcançar os objetivos enunciados no número anterior, nomeadamente:

- a) fazer campanhas de angariação de sócios;
- b) sensibilizar o Estado e a opinião pública;
- c) criar condições para que o deficiente nunca se sinta sozinho ou rejeitado;
- d) fomentar a investigação;
- e) promover a filiação da APLV em Associações congéneres nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II**DOS SÓCIOS****Artigo 4.º****(Qualidade de Sócio)**

1. As categorias de sócios são: honorários, efetivos, podendo ser singulares ou coletivos.
2. Podem ser sócios as pessoas maiores e instituições.
3. São sócios honorários aqueles que, pelos serviços prestados, justifiquem tal distinção, por parte da Assembleia Geral.
4. São sócios efetivos todos os outros, que estiverem no pleno gozo dos direitos e cumprirem os deveres estatutários.
5. A admissão de qualquer sócio depende sempre da Direção
6. O sócio que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro.

Artigo 5º**(Direitos dos sócios)**

1. Os sócios têm direito a usufruir de todas as regalias que a APLV lhes ofereça, ou possa vir a oferecer-lhes, nomeadamente:

- a) tomar parte nas Assembleias Gerais;
- b) elegerem e serem eleitos;
- c) requererem a convocação extraordinária de Assembleias Gerais.

2. Os sócios não podem ser limitados nos seus direitos por critérios que contrariem o disposto no nº 2 do artigo 13º da Constituição.

3. Os direitos dos sócios pelo facto de estes serem também seus trabalhadores ou beneficiários, não poderão ser reduzidos, salvo no que respeita ao voto nas deliberações respeitantes a retribuições de trabalho, regalias sociais ou quaisquer benefícios que lhes respeitem.

4. Os sócios só podem exercer os direitos consagrados nos presentes Estatutos, se tiverem em dia as suas quotas.

Artigo 6º**(Deveres dos Sócios)**

Aos Sócios cabem os seguintes deveres:

- a) pagar as quotas;
- b) participar ativamente na vida associativa;
- c) participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- d) exercer, com eficiência, os cargos para que se foi eleito;
- e) defender as posições da Associação;
- f) cumprir e respeitar os presentes Estatutos, as disposições legais e os regulamentos aplicáveis.

Artigo 7º**(Votações)**

1. Os sócios não poderão votar, por si ou como representantes de outrem, nas matérias que diretamente lhes digam respeito ou nas quais sejam interessados os respetivos cônjuges, ascendentes, descendentes ou equiparados.

2. Os sócios podem ser representados por outros sócios nas sessões da Assembleia Geral, desde que os últimos estejam mandatados para o efeito através de procuração, que deverá constar de carta dirigida ao Presidente da Mesa com a assinatura do mandante reconhecida notarialmente, não podendo, no entanto, cada sócio representar mais que um associado.

3. É admitido o voto por correspondência, sob condição de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da Ordem do Dia e a assinatura do seu sócio se encontrar reconhecida notarialmente.

CAPITULO III**DOS ÓRGÃOS SOCIAIS****SECÇÃO I****DISPOSIÇÕES GERAIS****Artigo 8º****(Órgãos da Associação)**

Os órgãos da Associação são:

- a) Assembleia Geral;
- b) Direção Nacional;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Núcleos.

Artigo 9º**(Corpos Gerentes)**

1. O mandato dos corpos gerentes é de três anos, devendo preceder-se às eleições no mês de Setembro do último ano de cada triénio.

2. Quando as afeições não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos corpos gerentes.

3. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante ou seu substituto, que deverá ter lugar na primeira quinzena a seguir às eleições.

4. Não é permitida a eleição de quaisquer membros por mais de dois mandatos consecutivos para qualquer órgão da Associação, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.

Artigo 10º**(Eleições)**

1. As eleições são feitas por listas fechadas e deverão indicar:

- a) da lista para a Mesa da Assembleia Geral deve constar a indicação do Presidente e dos Vogais;
- b) da lista para a Direção Nacional deve constar a indicação do Presidente, do Vice-Presidente, do Secretário, do Tesoureiro e do Vogal;
- c) da lista para o Conselho Fiscal deve constar a indicação do Presidente, do Vice-Presidente e do Vogal.

2. A votação é direta, universal e secreta, podendo os sócios incapazes de votar sozinhos, fazer-se acompanhar por uma pessoa da sua confiança.

3. O regulamento disciplinará esta matéria.

Artigo 11º**(Funcionamento dos órgãos em geral)**

1. Salvo disposição legal em contrário, as deliberações dos vários órgãos da Associação são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes.

2. Serão sempre lavradas atas das reuniões de qualquer órgão da Associação, que serão obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes, ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva mesa.

3. O Presidente de qualquer dos órgãos estabelecidos nos presentes Estatutos tem, além do seu voto, direito a voto de desempate.

4. Em caso de vacatura da maioria dos lugares da Direção Nacional ou do Conselho Fiscal, deverá proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.

5. Na circunstância indicada no número anterior, o membro designado para preencher o cargo apenas completará o mandato.

SECÇÃO II

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 12º

(Competência)

1. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação e é integrada por todos os sócios, podendo deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e, nomeadamente:

- a) definir as linhas fundamentais de atuação da Associação;
- b) eleger e destituir, por votação secreta, a respetiva Mesa e os órgãos executivos ou de fiscalização;
- c) apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte: bem como o relatório e contas de gerência;
- d) deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) aprovar a estratégia económico-financeira,
- f) deliberar sobre a alteração dos Estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da APLV;
- g) deliberar sobre a constituição, alteração ou extinção de núcleos;
- h) deliberar sobre a exclusão de sócios, e sobre a concessão da qualidade de sócios honorários;
- i) nomear comissões disciplinares ou outras, e aprovar os respetivos regulamentos e mandatos que não poderão exceder os noventa dias de funções;
- j) zelar pela fidelidade dos corpos gerentes aos objetivos estatutários;
- l) propor medidas tendentes a uma maior eficiência dos serviços;
- m) autorizar a Associação a demandar os corpos gerentes por factos praticados no exercício das suas funções;
- n) deliberar sobre qualquer matéria da competência da Direção Nacional que esta entenda submeter à sua apreciação;
- o) aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.

2. No momento em que a APLV atingir os duzentos e cinquenta membros e tiver, pelo menos, quatro Núcleos, poderá decidir que os participantes na Assembleia Geral serão os eleitos nos Núcleos, nos termos a definir em Regulamento.

Artigo 13º

(Composição da Mesa)

A Mesa da Assembleia Geral é composta por três elementos: o Presidente e dois Vogais.

Artigo 14º

(Competência da Mesa)

Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia, representá-la e, em especial:

- a) decidir sobre os projetos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais;
- b) conferir posse aos membros dos corpos gerentes eleitos.

Artigo 15º

(Sessões)

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reunirá obrigatoriamente duas vezes em cada ano, uma até 31 de Março, para aprovação do relatório de contas e de gerência, e outra até 15 de Novembro, para apreciação e votação do orçamento e do programa de ação.
3. A Assembleia Geral extraordinária reunirá quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido do órgão executivo ou do órgão de fiscalização ou requerimento de vinte por cento do total do número de sócios no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 16º

(Convocação)

1. A Assembleia deve ser convocada com quinze dias de antecedência, pelo Presidente da Mesa ou seu substituto.
2. A convocatória da Assembleia Geral é feita pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada associado ou por anúncio nos dois jornais de maior circulação do Porto e deverá ser fixada na sede da associação e noutros locais de acesso público dela devendo constar obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a Ordem de Trabalhos,
3. A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo de trinta dias, a contar da data da receção do pedido ou requerimento,

Artigo 17º

(Funcionamento)

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória, se estiverem presentes metade mais um dos sócios com direito a voto, ou uma hora depois, com qualquer número de presenças.
2. Na falta de qualquer um dos membros da Mesa, competirá à Assembleia Geral eleger os seus substitutos entre os sócios no pleno gozo dos seus direitos que estiverem presentes, os quais cessarão funções no termo da reunião.
3. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos sócios só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 18º

(Deliberações)

São anuláveis todas as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da Ordem do Dia fixada na

convocatória, salvo se estiverem presentes ou representados devidamente todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, sem prejuízo do direito de ação, e todos concordarem com o aditamento.

SECÇÃO III

DA DIRECÇÃO NACIONAL

Artigo 19º

(Composição e Funcionamento)

1. A Direção Nacional é composta por cinco elementos: o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário, o Tesoureiro e um Vogal.
2. A Direção Nacional só pode deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
3. A Direção Nacional reunirá trimestralmente a convocação do seu Presidente, podendo no entanto este convocá-la sempre que julgue necessário.

Artigo 20º

(Competências)

Compete à Direção Nacional gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) garantir a efetivação dos direitos dos associados;
- b) elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas de gerência bem como o orçamento e programa de ação para a ano seguinte;
- c) assegurar a organização e funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros nos termos da lei;
- d) organizar o quadro de funcionários, contratar e gerir o pessoal;
- e) representar a Associação em juízo ou fora dele, através do seu presidente, ou substituto;
- f) aprovar a criação de Núcleos;
- g) manter sob sua guarda e responsabilidade os bens e valores pertencentes à Associação;
- h) deliberar sobre a aceitação de heranças, legados e doações, com respeito pela legislação aplicável;
- i) providenciar sobre as fontes de receita da APLV;
- j) celebrar acordos com os serviços sociais da segurança social;
- l) zelar pelo cumprimento da lei, das Estatutos e das deliberações dos órgãos sociais.

SECÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 21º

(Composição e Funcionamento)

1. O Conselho Fiscal é constituído por três elementos: o Presidente, o Vice-Presidente e um Vogal.
2. O Conselho Fiscal só pode deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
3. O Conselho reunirá trimestralmente, a convocação do seu Presidente.

Artigo 22º

(Competências)

Compete ao Conselho Fiscal vigiar pela cumprimento da lei e dos Estatutos, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) exercer fiscalização sobre a escrituração e documentos da Associação sempre que o julgue conveniente;
- b) assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões da Direção Nacional, sempre que julgue conveniente;
- c) dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que a Direção Nacional submeta à sua apreciação.

SECÇÃO V

DOS NÚCLEOS

Artigo 23º

(Criação e Regulamentação)

1. Os Núcleos serão criados por iniciativa da Direção Nacional.
2. As suas atribuições constarão de regulamento proposto pela Direção Nacional e aprovado em Assembleia Geral.
3. A competência territorial dos Núcleos não poderá exceder a área distrital.

CAPÍTULO IV

DO REGIME FINANCEIRO

Artigo 24º

(Receitas)

1. Constituem receitas da APLV:
  - a) o produto das quotas dos associados;
  - b) o rendimento de heranças, legados e doações;
  - c) os donativos e produtos de atividades e subscrições;
  - d) os subsídios do Estado ou de outros organismos oficiais.
2. A escrituração das receitas e despesas obedecerá às normas emitidas pelos serviços oficiais;

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 25º

(Dissolução)

1. A dissolução da Associação será feita em Assembleia Geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim e de harmonia com as disposições destes Estatutos e as leis vigentes
2. A dissolução e alteração dos Estatutos far-se-á de acordo com a lei geral.
3. Em caso de dissolução, todos os bens e valores da APLV terão o destino determinado por lei.

Artigo 26º

(Disposições Finais)

A Associação no exercício das suas atividades respeitará a ação orientadora e tutelar do Estado, nos termos da legislação aplicável e cooperará com outras Instituições privadas e com os serviços oficiais competentes, para obter o mais alto grau de justiça, de benefícios sociais e de aproveitamento de recursos.